

Plano implica redução de lucro dos empresários

O Plano de estabilização econômica elaborado pelos economistas Francisco Lopes e Osmundo Rebouças não é seguro contra a inflação, a menos que os empresários aceitem reduzir — em alguns casos drasticamente — suas margens de lucro, avaliam importantes assessores do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. Eles argumentam que as empresas terão aumento de custo com o plano em termos reais e aumentarão seus preços, inflacionando a nova moeda sugerida pelos economistas, o Real.

Os economistas criticam a combinação de três fatores no plano: os salários mantêm valor real, o valor "de pico", pois podem ser recompostos na data-base; os impostos deixam de sofrer desgaste com a inflação, impedindo que as empresas diminuam sua carga tributária, aplicando no mercado financeiro o imposto até seu recolhimento; e os preços, no novo plano, não têm nenhuma regulamentação. Isso, na opinião dos técnicos do Governo, aumenta os custos das empresas, o que as levará a procurarem recuperar sua margem de lucro, aumentando os preços e inflacionando o Real.

Um dos assessores de Abreu acredita que a intenção dos economistas, com seu plano, foi exatamente levar os empresários a negociarem a questão dos preços e salários, criando com isso uma base concreta para um pacto social.

O plano admite uma desvalorização do real (ou seja, uma inflação, na nova moeda) de 2% ao mês, ou quase 27% ao ano, e impede que o Governo aumente a quantidade de moeda acima desse percentual. Essa política monetária restritiva, além de recessiva, levará, segundo analisa um assessor da Sepplan, a um aumento dos juros — com efeitos negativos sobre os investimentos, e sobre a inflação, ao contrário do que pretende o plano.

A otenização de impostos (correção automática de impostos pela OTN) é uma proposta que circula na área econômica do Governo. Ela impediria a perda que a União tem com a diminuição do valor do imposto no período entre sua cobrança e seu pagamento. Estudos da Secretaria da receita Federal mostraram, porém, que algumas empresas, como as de cigarro e os supermercados estão aplicando no mercado financeiro o imposto devido enquanto não o recolhem ao Governo, e, só com o resultado da aplicação conseguem manter sua lucratividade. A eliminação desse ganho inflacionário poderia colocar essas empresas em situação delicada, ou no caso das que não são controladas pelo Governo, como os supermercados — fazê-las aumentar seus preços, pressionando a inflação.